



Centro de Pesquisas sobre
Governação e Desenvolvimento

**Indicadores da Democracia em Moçambique:
Perspectivas Públicas**

Carlos Shenga, Elísio Muendane e Custódio Pedro

CPGD Working Paper No. 4

Agosto de 2013

Acerca dos Autores

Carlos Shenga é Candidato à Doutoramento em Estudos Políticos na Universidade de Cape Town e Director do Centro de Pesquisas sobre Governação e Desenvolvimento (CPGD).

Elísio Muendane é Docente no Departamento de Ciência Política e Administração da Universidade Eduardo Mondlane e Oficial de Comunicação do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC).

Custódio Pedro é Docente no Instituto Superior de Administração Pública.

Este *Working Paper* pode ser baixado a partir de:

www.cpgd.org.mz

Para mais informação contacte:

info@cpgd.org.mz

Indicadores da Democracia em Moçambique: Perspectivas Públicas

1. Introdução

Esta comunicação refere-se a 2ª disseminação dos resultados do inquérito de opinião pública do Afrobarómetro sobre a Qualidade da Democracia e Governação em Moçambique, a qual incide sobre *os indicadores da democracia*. Esses indicadores da democracia incluem: (i) comprometimento com a democracia, (ii) grau de democracia, (iii) satisfação com a democracia, (iv) características essenciais da democracia, (v) níveis de democracia, (vi) liberdades e (vii) cuidados com o que dizer sobre política e tratamento (des)igual perante a lei. Qual é a visão dos cidadãos comuns moçambicanos sobre esses assuntos? Quais são as mudanças ocorridas entre 2002 (administração de Joaquim Chissano), 2005, 2008 e 2012 (administração de Armando Guebuza)?

A relevância dos inquéritos de opinião pública está no facto de permitirem ter-se uma visão representativa do universo de uma determinada população sobre um assunto. Levam também a que os políticos não tornem sua visão, visão pública. Enquanto a opinião das elites e especialistas também é relevante na avaliação de vários aspectos sobre governação, parece que a melhor forma de avaliar a governação democrática seja a partir dos beneficiários da mesma governação – o público.

Metodologia da Pesquisa

Esta comunicação usa os dados do inquérito de opinião pública do Afrobarómetro sobre a Qualidade da Democracia e Governação em Moçambique. O inquérito foi implementado entre 17 de Novembro e 9 de Dezembro de 2012 em todas as províncias do país, incluindo a Cidade de Maputo. O Afrobarómetro inquiriu uma amostra aleatória, estratificada, probabilística e representativa a escala nacional de 2400 moçambicanos adultos. As entrevistas foram cara-a-cara na língua da escolha do respondente e foram efectuadas pela equipa do Afrobarómetro baseada no Centro de Pesquisas sobre Governação e Desenvolvimento (CPGD). Do questionário original em Inglês, foram efectuadas traduções em 5 línguas locais, nomeadamente: Português, Macua, Sena, Ndau e Changana. O extinto Instituto para Democracia na África do Sul (IDASA) providenciou apoio técnico ao inquérito. Os inquéritos anteriores do Afrobarómetro foram realizados em Moçambique em 2002, 2005 e 2008. Onde for possível, este artigo comparou os dados de 2012 com os dos inquéritos anteriores.

A amostra foi desenhada tomando em consideração as unidades básicas geográficas - Áreas de Enumeração (AEs) do censo populacional, e estratificando todas as AEs ao longo do país em listas separadas de acordo com as províncias e áreas geográficas (urbano/rural). Trezentas (300) AEs foram assim seleccionadas aleatoriamente dessas

listas com uma probabilidade proporcional ao seu tamanho na população global como representado no Censo Populacional de 2007 e projecções de 2012. A amostra assegurou que todos os adultos elegíveis tivessem uma igual e sabida chance de ser seleccionados. Oito (8) agregados familiares foram assim seleccionados em cada AE e um respondente com idade de 18 anos ou mais foi seleccionado aleatoriamente dentro do agregado. Uma quota do género garantiu que metade das entrevistas fosse com mulheres. Uma amostra desse tamanho é suficiente para produzir uma margem de erro de +/-2 percento no intervalo de confiança de 95 percento (CPGD e Afrobarómetro 2013).

Estrutura do Estudo

Esta comunicação é constituída por 7 partes sendo a primeira sobre as atitudes públicas relativas ao comprometimento com a democracia particularmente apoio à democracia e rejeição dos regimes autoritários. Segunda, relativa ao grau da democracia em Moçambique. Terceira, satisfação popular com a forma como a democracia está a funcionar em Moçambique. Quarta, analisa as características essências da democracia. Quinta, examina os níveis de democracia. Sexta, analisa os níveis de liberdades existentes no país relativamente à expressão, filiação partidária e escolher a quem votar sem sentir-se pressionado. E, finalmente, avalia o ponto pelo qual as pessoas sentem-se intimidadas em falar livremente e se elas são tratadas de forma (des)igual perante a lei.

2. Comprometimento com a Democracia

O comprometimento com a democracia é um conceito multidimensional composto por apoio à democracia e rejeição de regimes autoritários (ou não democráticos). As pessoas comprometidas com a democracia são aquelas que afirmam que preferem a democracia que qualquer outra forma de governo bem como rejeitam os regimes autoritários. Os resultados do inquérito de opinião pública do Afrobarómetro de Novembro-Dezembro de 2012 mostram que o nível de comprometimento popular com a democracia em Moçambique aumentou desde o primeiro (2002) ao último (2012) inquérito. De inquérito para inquérito os resultados revelam um aumento ligeiro mas não significativo. Comparando a média dos 4 inquéritos implementados em Moçambique, os resultados mostram um baixo nível de comprometimento popular com a democracia.

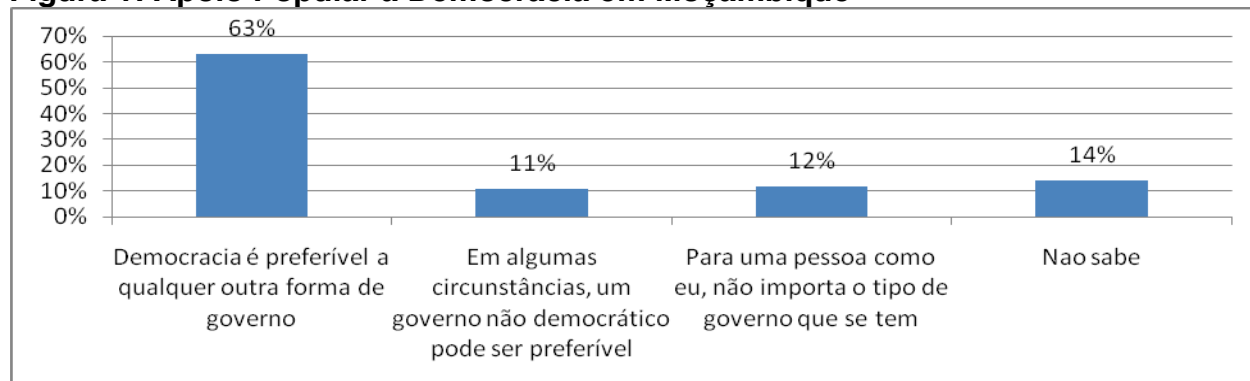
Apoio Popular à Democracia

Os resultados do inquérito de opinião pública revelam que apenas menos de dois-terços dos cidadãos moçambicanos apoia a democracia. Cerca de 63 percento dos respondentes expressam que democracia é preferível que qualquer outra forma de governo, enquanto 11 percento afirma que em algumas circunstâncias um governo não

democrático pode ser preferível. Uma percentagem significativa apresenta altos níveis de alienação política. De facto, cerca de 12 por cento dos respondentes diz que não importa o tipo de governo que tem e 14 por cento não sabe (Figura 1).

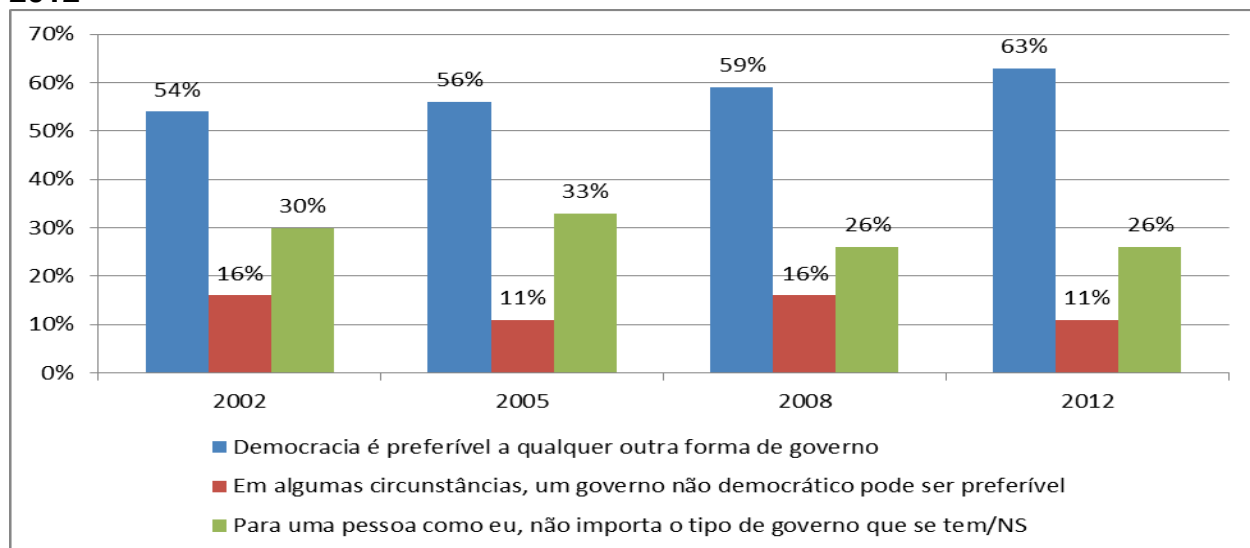
Comparando com outros 22 países Africanos pesquisados pelo Afrobarómetro, o apoio popular à democracia dos moçambicanos encontra-se em último lugar, com a excepção de Lesotho e Mali. A média Africana de apoio popular à democracia é de 75 por cento e Moçambique encontra-se atrás 12 pontos percentuais (Figura 3). A média de apoio dos moçambicanos à democracia nos 4 inquéritos realizados em Moçambique é de apenas 58 por cento.

Figura 1: Apoio Popular à Democracia em Moçambique



Questão: Qual destas três declarações está mais próxima da sua opinião pessoal? 1. A Democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. 2. Em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível. 3. Para uma pessoa como eu, não importa o tipo de governo que se tem.

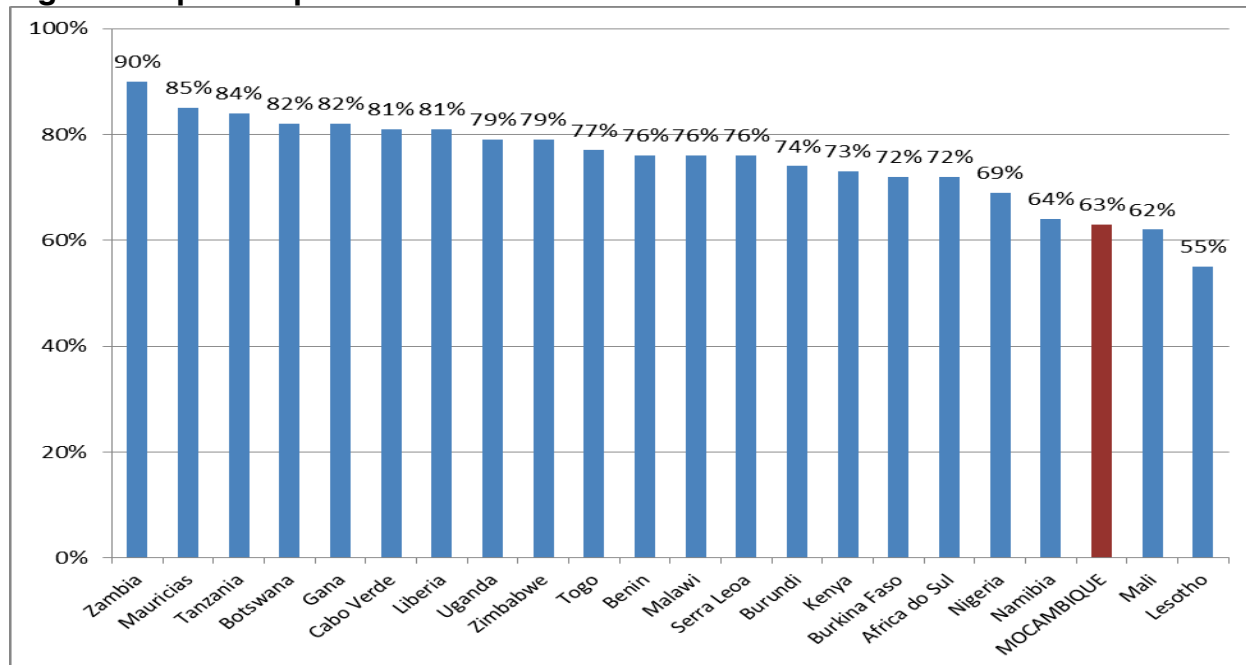
Figura 2: Apoio Popular à Democracia em Moçambique em 2002, 2005, 2008 e 2012



Comparando mudanças ao longo do tempo, o apoio popular à democracia em Moçambique tem estado a aumentar, mas esse aumento não é significativo. De

avaliação para avaliação o apoio popular à democracia em Moçambique tem estado a aumentar apenas ligeiramente. O aumento não chega a pelo menos 5 pontos percentuais (Figura 2).

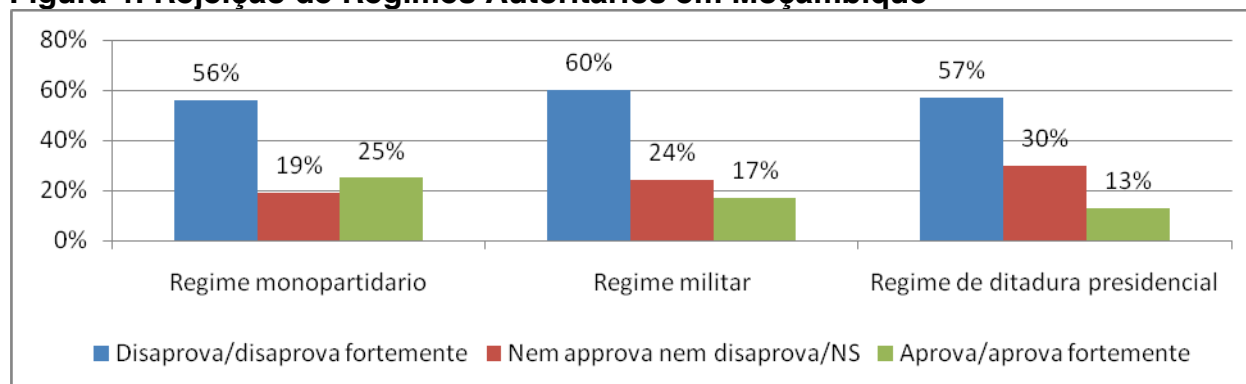
Figura 3: Apoio Popular à Democracia em 22 Países Africanos em 2011-2013



Rejeição de Regimes Autoritários

Tal como apoio à democracia, a rejeição popular de regimes autoritários é baixo em Moçambique. Apenas cerca de 56 por cento, 60 por cento e 57 por cento, respectivamente, rejeitam ou rejeitam fortemente o autoritarismo monopartidário, militar e a ditadura presidencial (Figura 4).

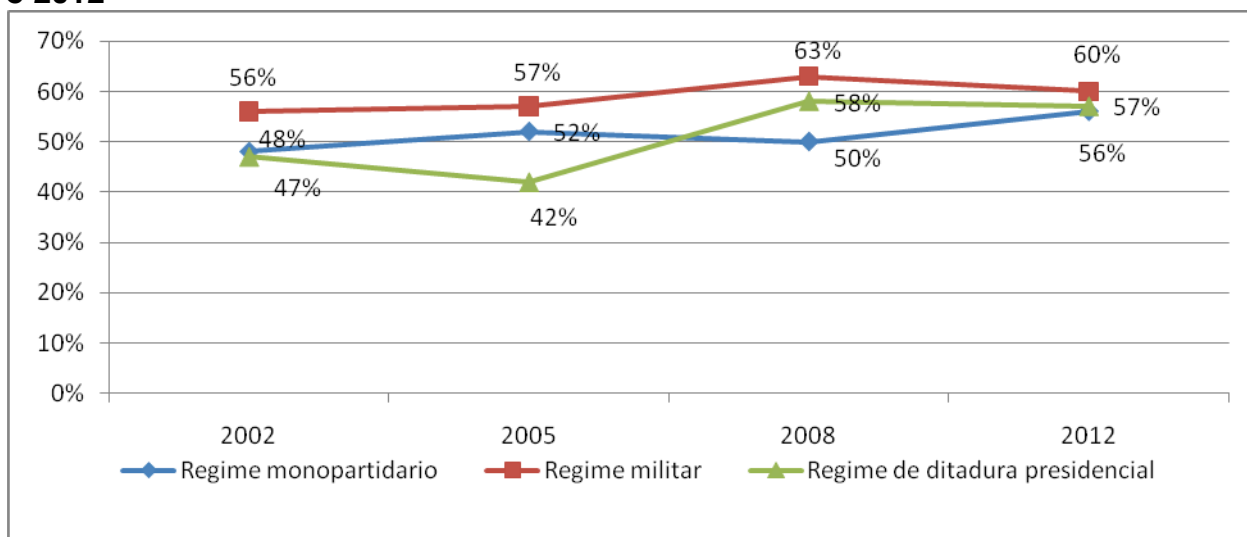
Figura 4: Rejeição de Regimes Autoritários em Moçambique



Questão: Há várias maneiras de governar um país. Você desaprovava ou aprovaria as seguintes alternativas? A) Apenas um partido político é autorizado a concorrer em eleições e a governar. B) O exército governa o país. C) As Eleições e a Assembleia da República são extintas de modo que o Presidente da República decida tudo.

Dentre os três regimes analisados aqui, os moçambicanos tendem mais a rejeitar o autoritarismo militar. Isso pode estar relacionado, em parte, aos 16 longos anos de destruição e morte da guerra civil os quais os moçambicanos experienciaram. Avaliando mudanças ao longo do tempo na rejeição de regimes autoritários, a rejeição do regime militar aumentou de 2005 a 2008 de 57 por cento a 63 por cento. No igual período, a rejeição da ditadura presidencial também aumentou de 42 por cento a 58 por cento. De 2008 a 2012, a rejeição do autoritarismo monopartidário aumentou de 50 por cento a 57 por cento (Figura 5).

Figura 5: Rejeição de Regimes Autoritários em Moçambique em 2002, 2005, 2008 e 2012



O que Explica o Nível do Comprometimento das Massas com a Democracia em Moçambique?

Existem vários factores relacionados com o nível de comprometimento popular com a democracia. Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) testaram e analisaram simultaneamente o impacto de factores sociológicos (estrutura social), antropológicos (valores culturais), psicológicos (consciência sobre questões públicas), institucionais e avaliação de desempenho no comprometimento popular com a democracia em 12 países Africanos, nomeadamente: Namíbia, África do Sul, Lesotho, Mali, Zimbabwe, Nigéria, Uganda, Gana, Malawi, Botswana, Zambia e Tanzania. Bratton e colegas constataram que enquanto os factores da avaliação de desempenho, sociológicos, antropológicos e institucionais tem algum impacto, os factores psicológicos contribuem muito mais, explicando o comprometimento com a democracia em África. Os cidadãos Africanos que vêem democracia como um procedimento político, conhecem os seus líderes, compreendem o que é democracia, engajam-se cognitivamente com outros discutindo assuntos políticos e interessando-se em assuntos públicos e

letrados/alfabetizados são mais prováveis a comprometer-se com a democracia (Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi 2005:273).

Shenga (2008) procurou desdobrar alguns dos factores examinados por Bratton e colegas e testar os seus efeitos no comprometimento com a democracia em Moçambique. Ele assumiu que o comprometimento popular com a democracia em Moçambique é função, em parte, de onde os indivíduos obtêm informação sobre assuntos públicos, o nível de informação que eles possuem, o seu engajamento cognitivo nos assuntos públicos e políticos, a forma como vêem democracia e o tipo de avaliação do desempenho que fazem à governação. O estudo conclui que os moçambicanos com altos níveis de informação (isto é, acesso à educação e notícias da comunicação social) são mais prováveis a comprometer-se com a democracia mas o interesse em assuntos públicos e discussão sobre política também tem um efeito significativo e positivo. Aqueles que obtêm informação de fontes relativamente independentes são mais prováveis a se comprometer com a democracia que aqueles que obtêm informação de fontes alinhadas ao Estado. “Obter informação de fontes alinhadas ao Estado não é condutivo à democratização, considerando que a qualidade da democracia em Moçambique é subvertida por aqueles que administram o Estado” (Shenga 2008:6). Enquanto os moçambicanos que percebem melhorias no desempenho económico tendem a comprometer-se com a democracia, aqueles que percebem melhorias no desempenho político são muito mais prováveis de fazer o mesmo.

Para além desses factores, este estudo assume que o comprometimento das massas populares com a democracia em Moçambique está relacionado ao comprometimento da elite política com a democracia. Mais especificamente, o baixo nível do comprometimento das massas populares com a democracia em Moçambique é devido ao baixo nível do comprometimento da elite política com a democracia. A elite política moçambicana fez poucas reformas políticas conducentes à democracia, democratização e consolidação democrática. Primeiro, ela adoptou um arranjo constitucional que não permite o Chefe do Governo a prestar contas à Assembleia da República (Vide o Artigo 206 da Constituição da República). A Assembleia da República não tem nenhum poder de exigir o Chefe do Governo a apresentar e defender as suas ideias constantes no Programa Quinquenal do Governo, Plano Económico e Social, Orçamento do Estado, Balanço da Implementação do Plano Económico e Social, Orçamento do Estado bem como as posições do Governo. A ausência de prestação de contas pelo Chefe do Governo à Assembleia da República reduz a transparência não só no Chefe do Governo como no Governo como um todo. Diamond e Morlino (2005) apontam que quando o nível de prestação de contas é baixo o indicador da qualidade da democracia de estado de direito também torna-se baixo. Ainda, baixo nível na prestação de contas associa-se à altos níveis de corrupção.

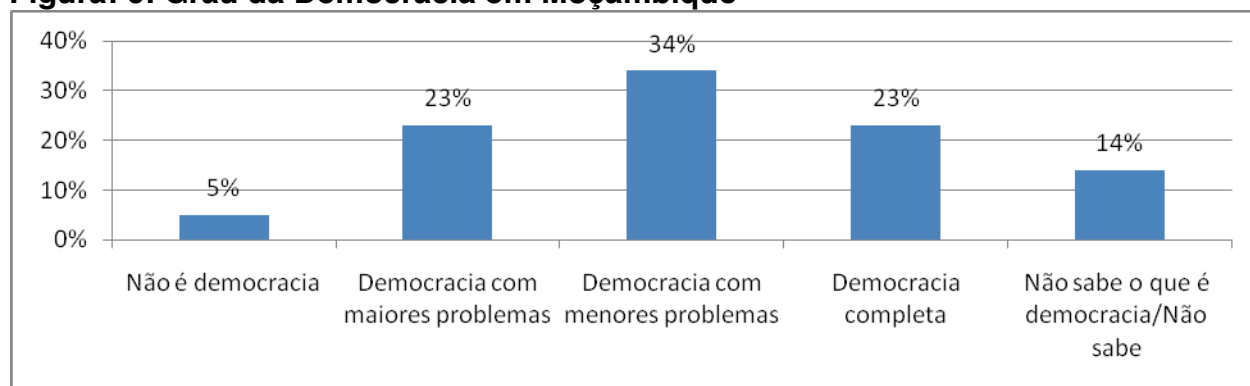
Segundo, a elite política adoptou instituições eleitorais nem independentes nem imparciais. A composição partidária da Comissão Nacional Eleições – instituição que supervisiona os actos eleitorais, e Conselho Constitucional – instituição que valida os

resultados eleitorais faz das instituições eleitorais moçambicanas longe de ser imparciais e independentes conforme prescrito na Constituição (Vide Artigo 135 da Constituição da República).

3. Grau da Democracia

Até que ponto Moçambique é uma democracia? Enquanto maior parte dos moçambicanos percebe que Moçambique é uma democracia com maiores ou menores problemas, essa percentagem está muito longe de constituir uma maioria qualificada de dois-terços ou três-quartos. Apenas uma maioria de cerca de 57 por cento dos respondentes expressa que Moçambique é uma democracia com maiores (23 por cento) ou menores (34 por cento) problemas (Figura 6).

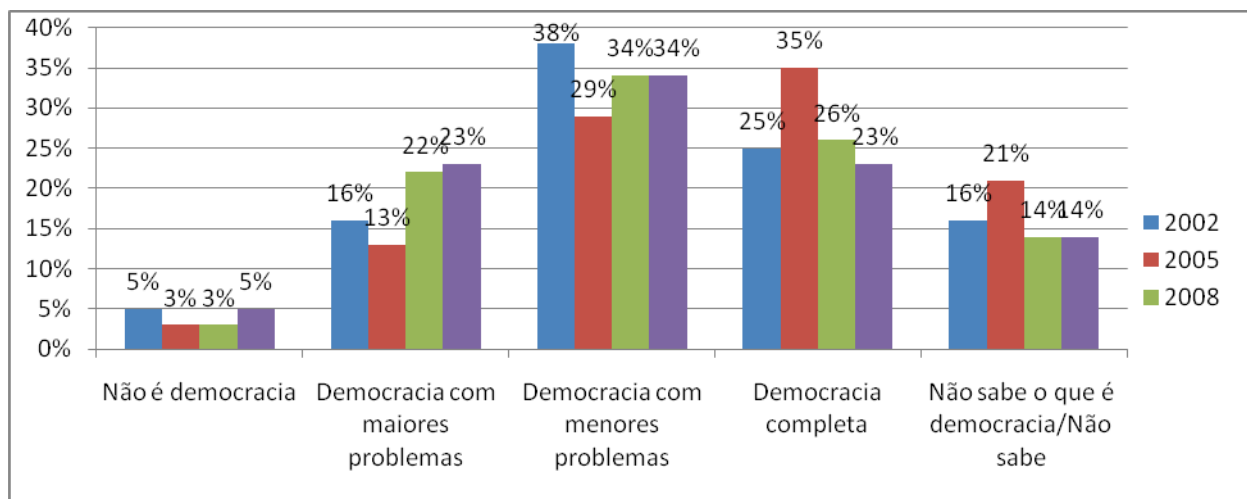
Figura 6: Grau da Democracia em Moçambique



Questão: Na sua opinião, que grau de democracia existe hoje em Moçambique? A) Uma democracia completa. B) Uma democracia, com menores problemas. C) Uma democracia, com maiores problemas.

Os resultados mostram que da transição da administração de Joaquim Chissano à administração de Armando Guebuza os grandes problemas da governação democrática tendem a aumentar em Moçambique. A percentagem dos respondentes que expressam que Moçambique é uma democracia com maiores problemas tende a aumentar de 2002 (16 por cento) a 2012 (23 por cento) (Figura 7).

Figura 7: Grau da Democracia em Moçambique em 2002, 2005, 2008 e 2012



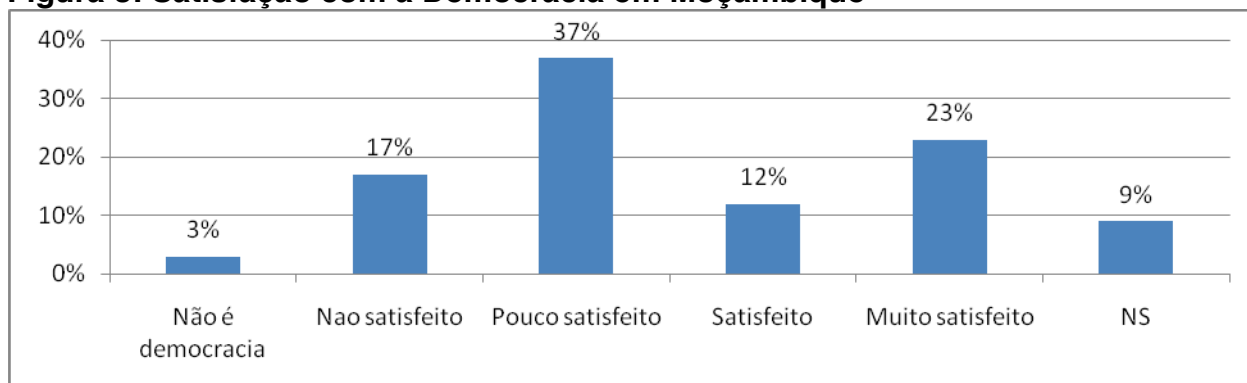
Uma percentagem significativa acha que Moçambique é uma democracia completa, mas esse nível tem estado a diminuir. Cerca de 23 por cento afirma que Moçambique é uma democracia completa mas essa percentagem decresceu de 35 por cento em 2005 para 26 por cento e 23 por cento, respectivamente, em 2008 e 2012. Enquanto decresce a percepção segundo a qual Moçambique é uma democracia com menores problemas e completa, cresce a percepção daqueles que consideram Moçambique como uma democracia com maiores problemas.

Entretanto, um nível muito significativo (14 por cento) releva alienação política: não sabe ou que é democracia ou não é capaz de dar uma opinião.

Satisfação com a Democracia

O nível de satisfação pública com a democracia em Moçambique é muito baixo e tende a baixar ao longo do tempo. Apenas aproximadamente um-terço (35 por cento) dos respondentes disse estar muito satisfeito ou satisfeito com a forma como a democracia está a funcionar no seu país.

Figura 8: Satisfação com a Democracia em Moçambique

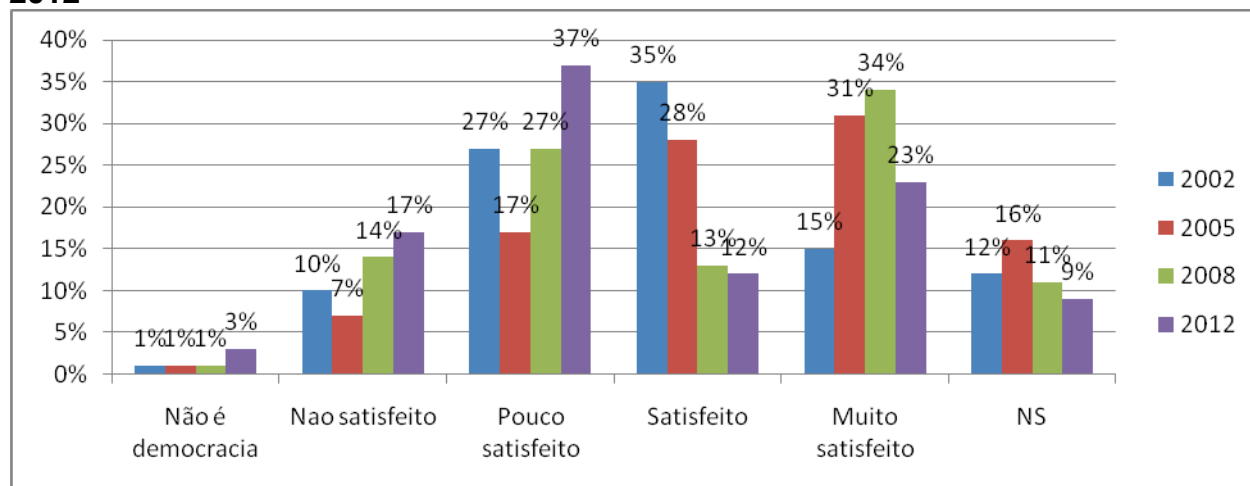


Questão: Na generalidade, em que grau se sente satisfeito/a com a maneira como está a funcionar a democracia em Moçambique. Você está: Muito satisfeito; satisfeito, pouco satisfeito ou não satisfeito?

Durante a administração de Joaquim Chissano em 2002, o nível daqueles que afirmam satisfeitos com a democracia era baixo (35 por cento). Entretanto, esse nível baixou significativamente quando Armando Guebuza tornou-se Presidente da República em 2005 (28 por cento). O que terá contribuído para tal insatisfação com a democracia considerando que Armando Guebuza iniciou a sua administração com discursos fortes de combate à corrupção e do ‘Deixa-Andar’? Os moçambicanos sabiam que tudo não passava de discurso? É difícil ter uma resposta afirmativa a partir de uma pesquisa de opinião pública moçambicana. Contudo, 4 anos após a subida ao poder de Armando Guebuza, em 2008, o nível de satisfação com democracia baixou drasticamente para 13 por cento.

A insatisfação com a forma como a democracia está a funcionar em Moçambique tende a aumentar. O nível de respondentes que dizem não estar satisfeitos ou pouco satisfeitos com a democracia tende a aumentar de 2008 a 2012 a medida que decresce o nível dos que dizem estar satisfeitos ou muito satisfeitos.

Figura 9: Satisfação com a Democracia em Moçambique em 2002, 2005, 2008 e 2012



Características Essenciais da Democracia

Democracia é um conceito muito disputado (Diamond e Morlino 2005). Uns veem democracia como substâncias e outros como procedimentos. A visão substantivista de democracia “subscreve um conteúdo específico de políticas públicas” (Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi 2005), tal como: melhoria das condições de vida da população, alívio à pobreza, provisão de água potável, energia, emprego, educação, infra-estruturas sociais e saúde ou assistência médica e medicamentosa. Um exemplo típico dessa visão sobre democracia é a frase de Nelson Mandela: “democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria é uma concha vazia”.

Aqui destacam-se aqueles que distinguem entre substâncias económicas (alívio à pobreza, etc.) e substâncias políticas, nomeadamente: liberdades de expressão, associação, filiação em, e formação de, partidos políticos; e igualdades. As substâncias políticas constituem características inerentes da democracia, enquanto as substâncias económicas não. Estas podem ser fornecidas por regimes autoritários. A visão económica substantivista da democracia refere *‘aquilo que a democracia pode fornecer’* aos seus cidadãos.

Por outro lado, o entendimento procedimentista da democracia refere “precisamente a luta para determinar as políticas públicas” (Diamond e Morlino 2005). Enfatiza o “processo político para chegar às decisões” e “inclui as garantias dos direitos cívicos e regras para eleições, nas quais resultados incertos de políticas públicas surgem a partir da interação de forças políticas rivais” (Bratton e Mattes 2001, Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi 2005:69). Assim, a democracia não prevê que este ou aquele grupo, por exemplo, ganhará eleições ou terá aumento salarial e a ‘x’ percentagem. A perspectiva procedimentista refere *‘aquilo que a democracia (realmente) é’* (Bratton e Mattes 2001). Constituem características essenciais para a definição da democracia os procedimentos democráticos e as substâncias políticas democráticas. Nenhum sistema ou regime político pode se considerar democrático se não for caracterizado pelos procedimentos de estado de direito, participação política, competição política e prestação de contas bem como substâncias políticas, tais como: liberdades e igualdades.

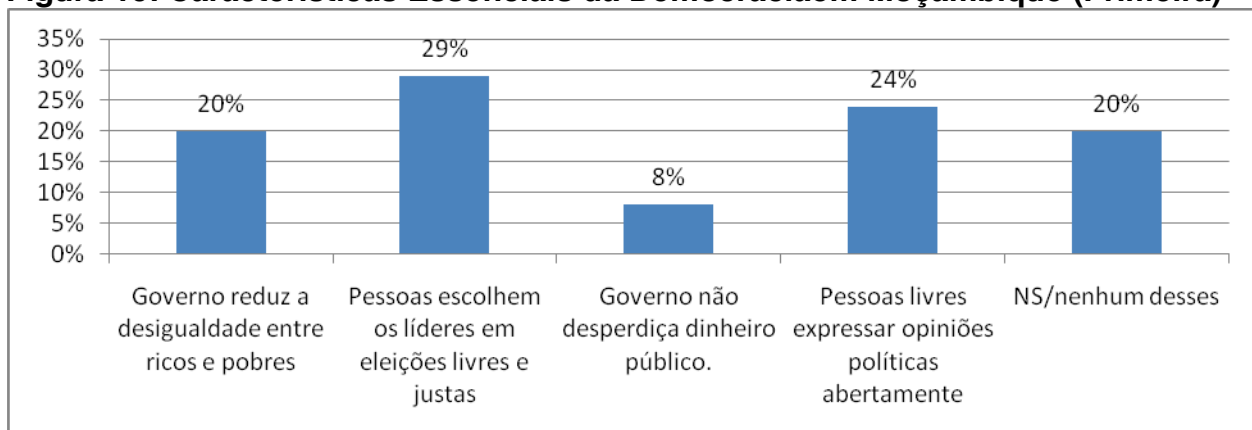
O que os cidadãos moçambicanos consideram ser a característica mais essencial da democracia? O que a opinião pública moçambicana captada a partir dos inquéritos do Afrobarómetro revela?

Primeiro, colocamos 4 aspectos para o respondente escolher: Um aspecto relacionado ao procedimento de participação política (escolha de líderes por meio de eleições livres e justas), um ligado à substância política (liberdade de expressão), e dois aspectos relativos à substâncias económico-sociais (disigualdades sociais e desperdício de fundos públicos). Segundo, colocamos 4 aspectos: Um aspecto relacionado aos procedimentos de competição política (partidos competem nas eleições), um sobre estado de direito (lei e ordem), um relativo à substância política (liberdade dos meios de comunicação social de criticar o governo) e um no que diz respeito à substância económica (emprego).

Os resultados mostram que os moçambicanos conseguem distinguir até certo ponto as características essenciais da democracia. Mas quando um indicador relevante de melhoria da condição de vida é tomado em conta, eles apontam substância económica (emprego) como característica essencial da democracia. Em parte, isso está relacionado ao contexto de pobreza no qual os cidadãos moçambicanos vivem e as expectativas que eles têm do regime político – democracia.

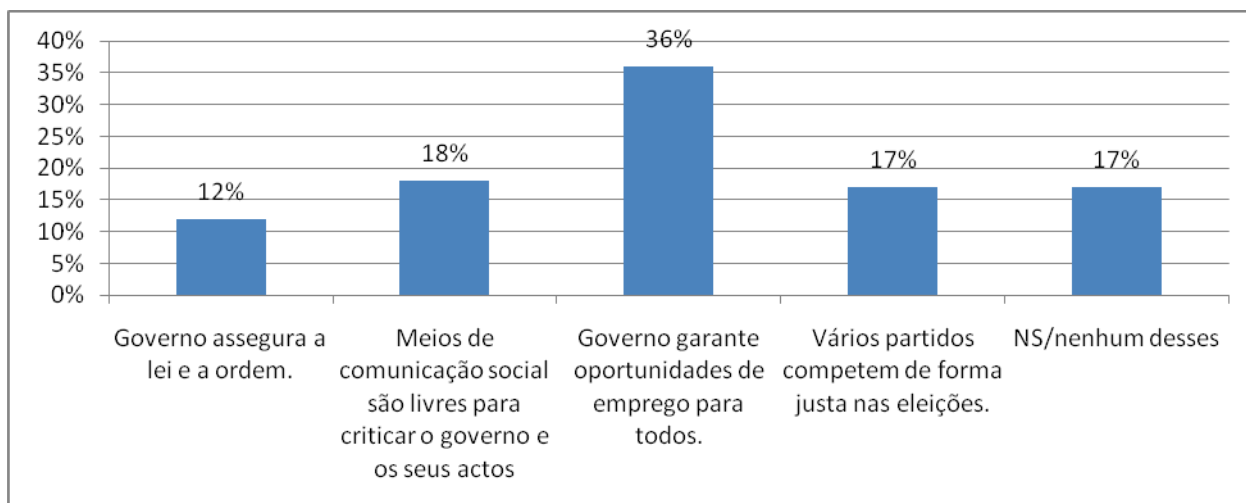
No primeiro caso como ilustra a Figura 10, os respondentes identificam o procedimento de escolher os seus líderes por meio de eleições (29 por cento) como a característica essencial da democracia, seguido da substância política da liberdade de expressar opiniões políticas abertamente (24 por cento), embora a substância económica (desigualdades sociais) também seja vista como característica inerente à democracia. Mas, no segundo caso (Figura 11), quando um indicador de melhoria das condições de vida é tomado em consideração os moçambicanos identificam a provisão de emprego como característica essencial da democracia. Aproximadamente 38 por cento identifica a garantia de oportunidades de emprego para todos como a característica essencial da democracia. Apenas abaixo de um-quinco indica que a liberdade da comunicação social de criticar o governo (18 por cento), competição multipartidária (17 por cento) e assegurar lei e ordem (12 por cento) são características essenciais da democracia.

Figura 10: Características Essenciais da Democracia em Moçambique (Primeira)



Questão: Muitas coisas podem ser desejáveis, mas nem todas elas são características essenciais da democracia. Se você tiver que escolher apenas uma das coisas que eu vou ler, qual você escolheria como a característica mais essencial da democracia. A) Governo reduz a desigualdade entre ricos e pobres. B) As pessoas escolhem os líderes do governo em eleições livres e justas. C) Governo não desperdiça qualquer dinheiro público. D) As pessoas são livres para expressar suas opiniões políticas abertamente.

Figura 11: Características Essenciais da Democracia em Moçambique (Segunda)

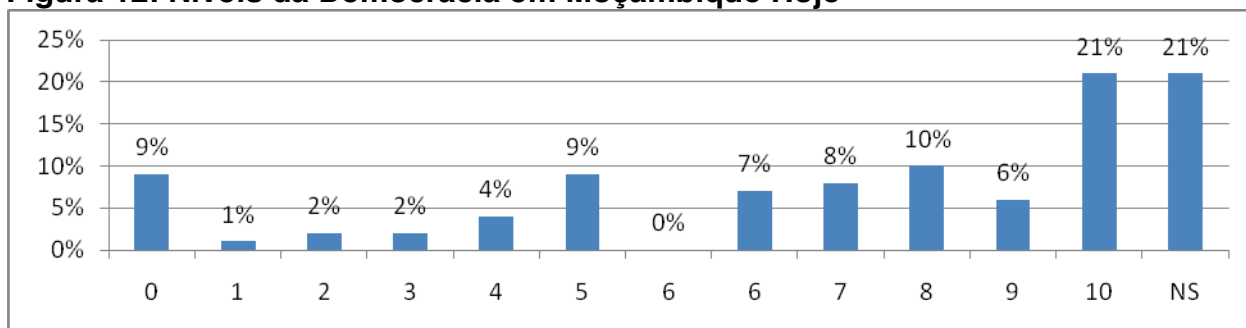


Questão: E qual de uma dessas coisas você escolheria como a característica mais essencial da democracia? A) Governo assegura a lei e a ordem. B) Meios de comunicação social são livres para criticar o governo e os seus actos. C) Governo garante oportunidades de emprego para todos. D) Vários partidos competem de forma justa nas eleições.

Níveis da Democracia

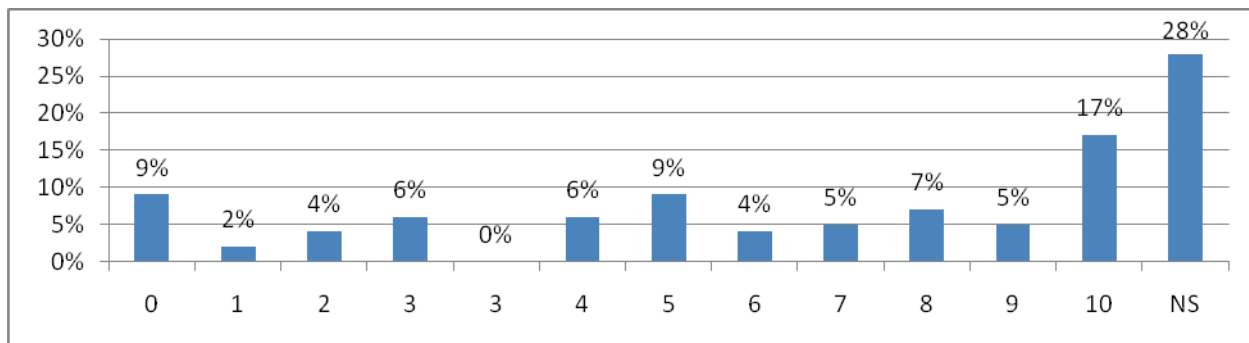
Qual é o nível de democracia em Moçambique hoje, qual foi há dez anos atrás, em 2002, e qual será no futuro? Os moçambicanos expressam que existe uma certa democracia hoje no país. Comparando 10 anos atrás, os moçambicanos percebem que havia menos democracia que hoje. Quanto ao futuro, são otimistas ou tem expectativas que o nível de democracia em Moçambique irá aumentar significativamente.

Figura 12: Níveis da Democracia em Moçambique Hoje



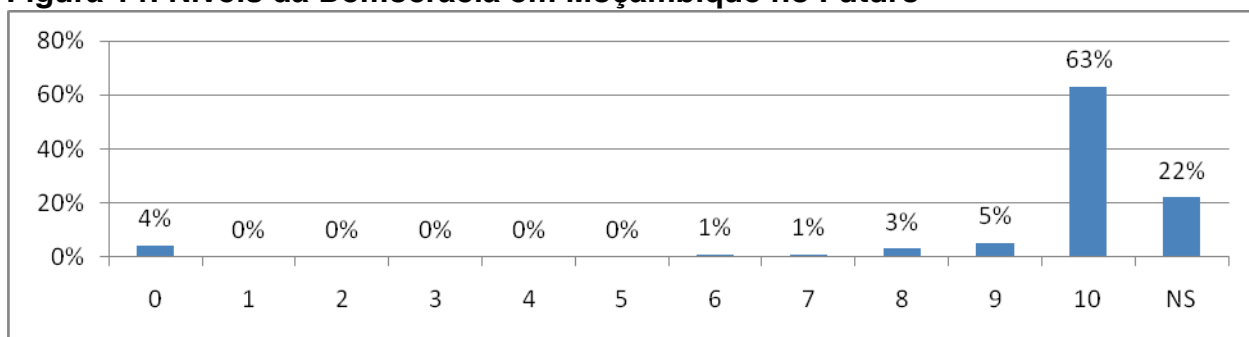
Questão: Numa escala entre 0 e 10, onde 0 significa totalmente anti-democrático e 10 completamente democrático, onde você colocaria o nosso país hoje?

Figura 13: Níveis da Democracia em Moçambique Há 10 Anos Atrás



Questão: Numa escala entre 0 e 10, onde 0 significa totalmente anti-democrático e 10 completamente democrático, onde você colocaria o nosso país há dez anos, em 2002?

Figura 14: Níveis da Democracia em Moçambique no Futuro



Questão: Numa escala entre 0 e 10, onde 0 significa totalmente anti-democrático e 10 completamente democrático, onde você colocaria o nosso país no futuro?

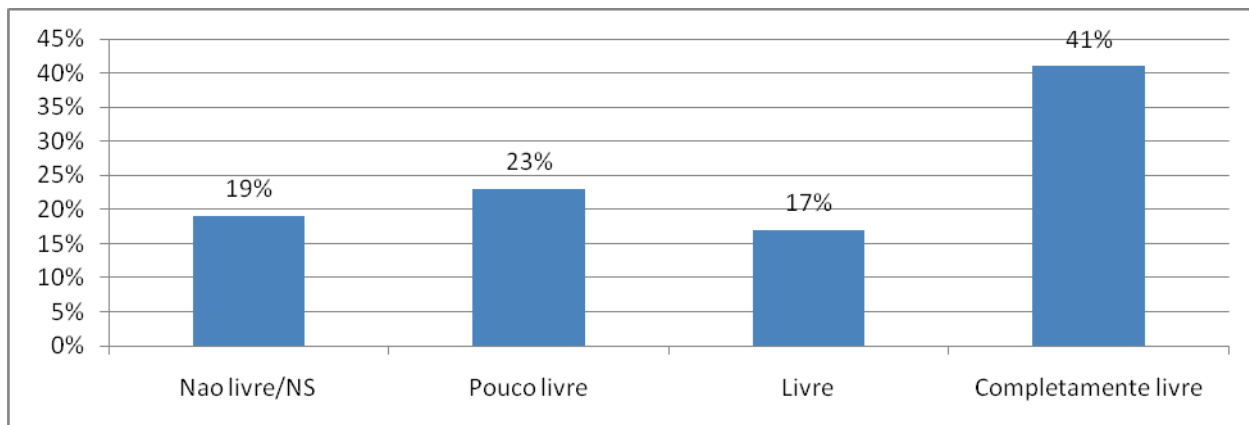
Liberdades

A liberdade de expressão em Moçambique está acima da metade, mas tende a baixar da administração de Joaquim Chissano à administração de Armando Guebuza. Aproximadamente 58 por cento afirma que em Moçambique as pessoas são completamente livres ou livres de dizer o que pensam, mas esse nível declinou significativamente de 63 por cento em 2002 a 58 por cento em 2012.

Relativamente à liberdade de filiação em partido político, cerca de 63 por cento expressa ser completamente livre ou livre juntar-se a um partido político. Contudo, houve um ligeiro declínio na percepção sobre liberdade de filiação partidária de 2002 (66 por cento) a 2012 (63 por cento).

Quanto à liberdade de participação política sem sentir-se pressionado, cerca de três-quartos (76 por cento) diz que é completamente livre ou livre de escolher em quem votar sem sentir-se pressionado. Esse nível diminuiu ligeiramente de 2002 (78 por cento) a 2012 (76 por cento).

Figura 15: Liberdade de Expressão em Moçambique



Questão: Neste país, até que ponto se é livre para: dizer o que pensa.

Figura 16: Liberdade de Expressão em Moçambique em 2002 e 2012

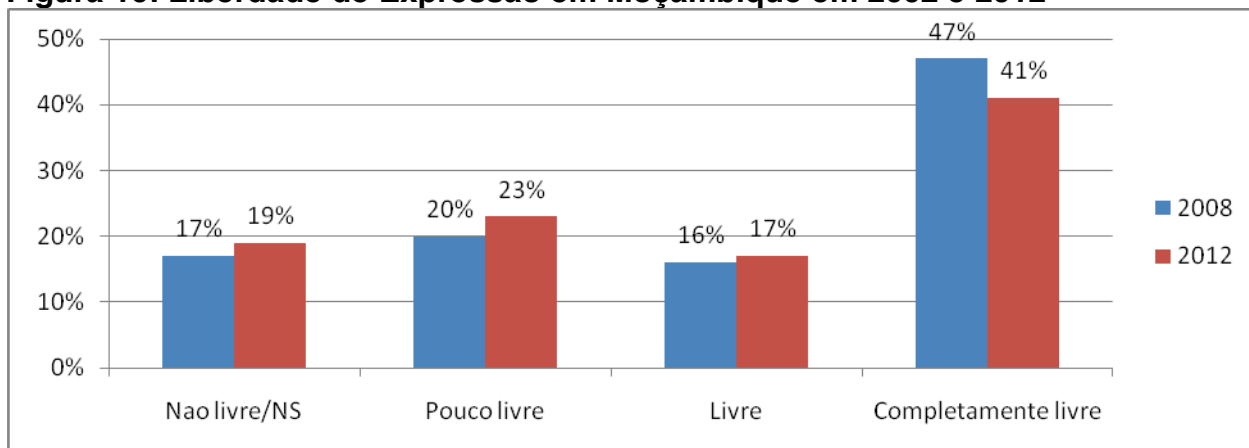
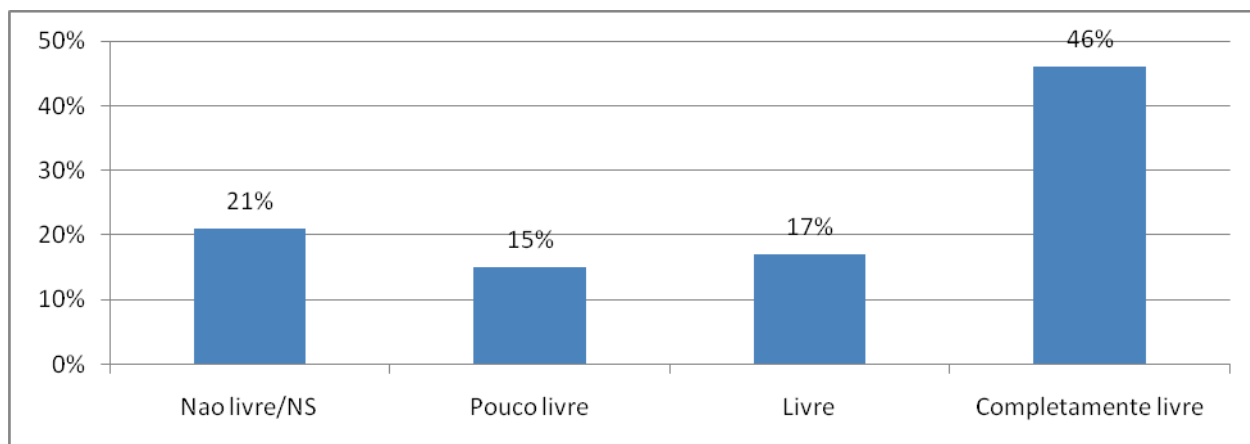


Figura 17: Liberdade de Filiar-se a um Partido Político em Moçambique



Questão: Neste país, até que ponto se é livre para: juntar-se a qualquer organização política que quiser

Figura 18: Liberdade de Filiar-se a um Partido Político em Moçambique em 2002 e 2012

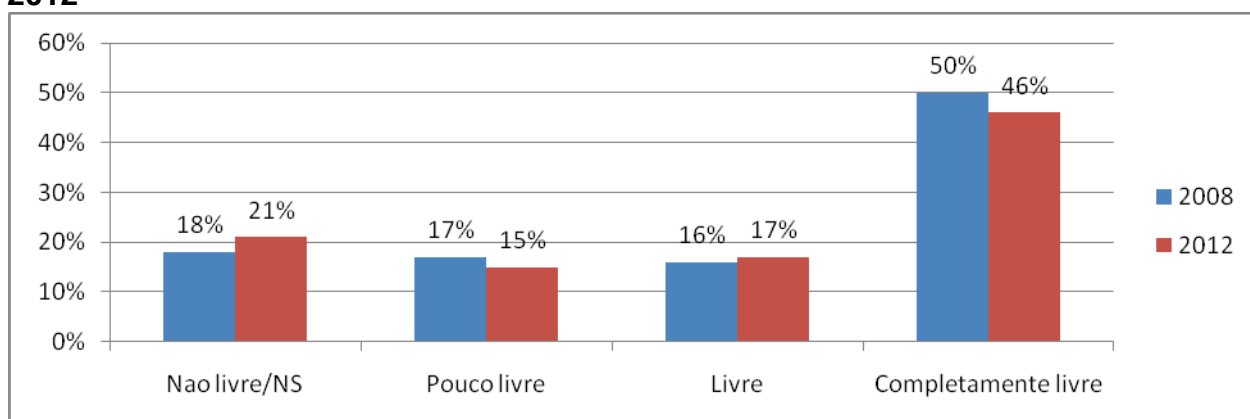
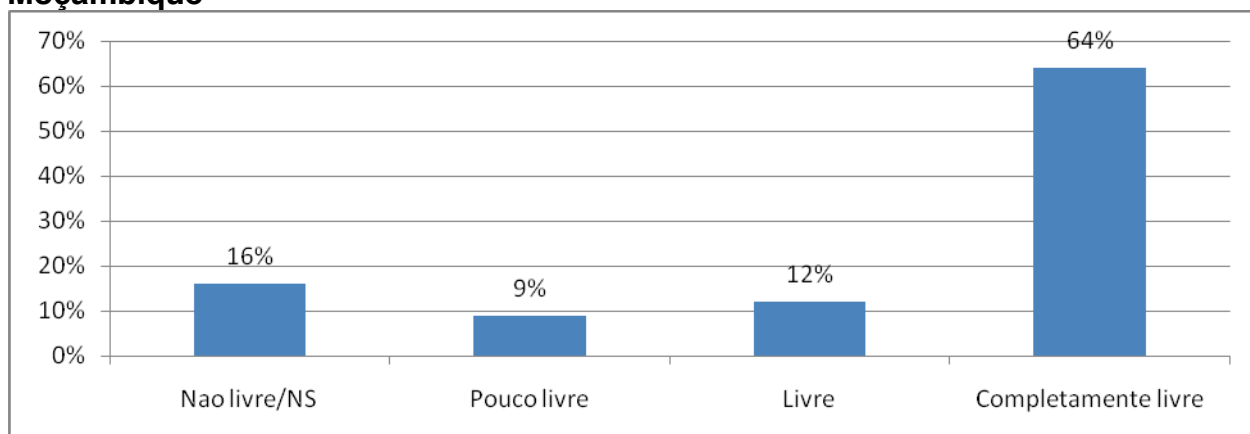
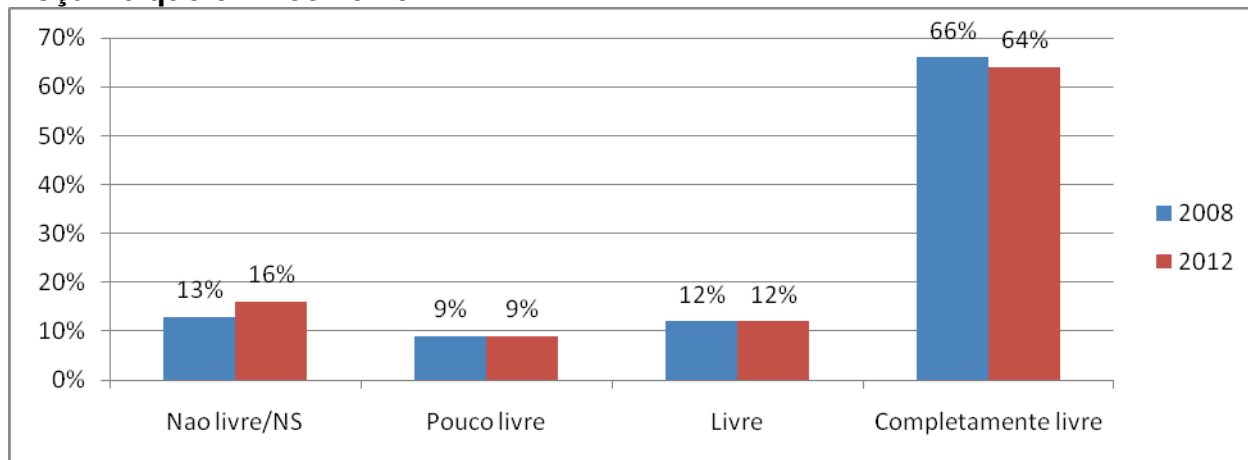


Figura 19: Liberdade de Participação Política Sem Ser Pressionado em Moçambique



Questão: Neste país, até que ponto se é livre para: Escolher em quem votar sem sentir-se pressionado

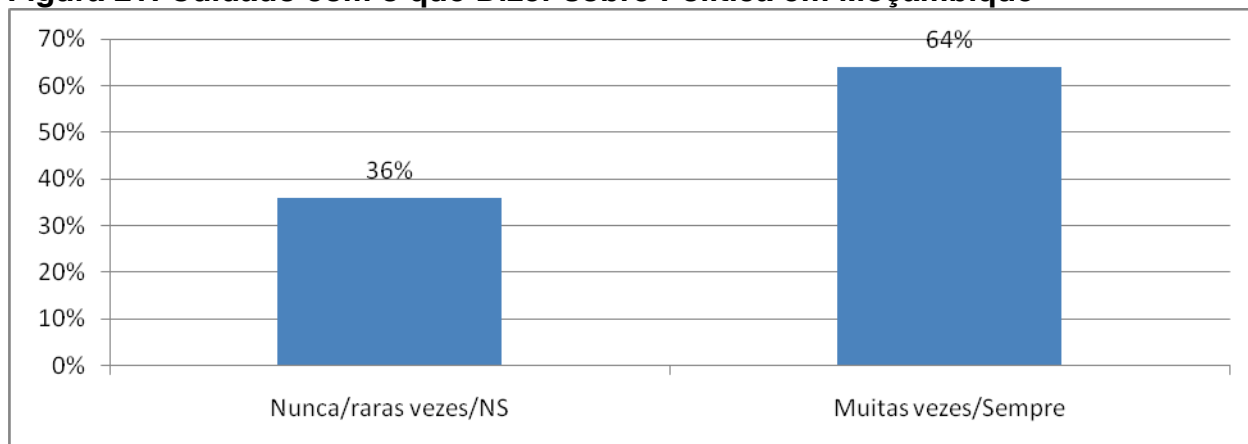
Figura 20: Liberdade de Participação Política Sem Ser Pressionado em Moçambique em 2002 e 2012



Cuidado com o que Dizer sobre Política e Tratamento (Des)igual Perante a Lei

Até que ponto os moçambicanos tem que ter cuidado com o que dizem sobre política? Maior parte dos moçambicanos expressa que tem que ter cuidado com o que dizem sobre política no seu país. Perto de dois-terços (64 por cento) afirma que muitas vezes ou sempre tem que ter cuidado com o que dizer sobre política. Esse nível aumentou da administração de Chissano (44 por cento) à administração de Guebuza (64 por cento).

Figura 21: Cuidado com o que Dizer sobre Política em Moçambique



Questão: Neste país, com que frequência: As pessoas têm de ter cuidado com o que dizem sobre política?

Até que ponto os moçambicanos são tratados de forma (des)igual perante a lei? Próximo da metade dos cidadãos moçambicanos são tratados de forma desigual perante a lei. Esse nível tem estado a aumentar desde que Guebuza tornou-se presidente do país. Cerca de 49 por cento respondeu que é tratada de forma desigual muitas vezes ou sempre. Enquanto o nível de tratamento desigual perante a lei era de 33 por cento em 2002, em cada período da administração de Armando Guebuza o

tratamento desigual aumentou significativamente em 2005 (38 por cento), 2008 (42 por cento) e 2012 (49 por cento).

Figura 22: Cuidado com o que dizer sobre Política em Moçambique em 2002, 2005, 2008 e 2012

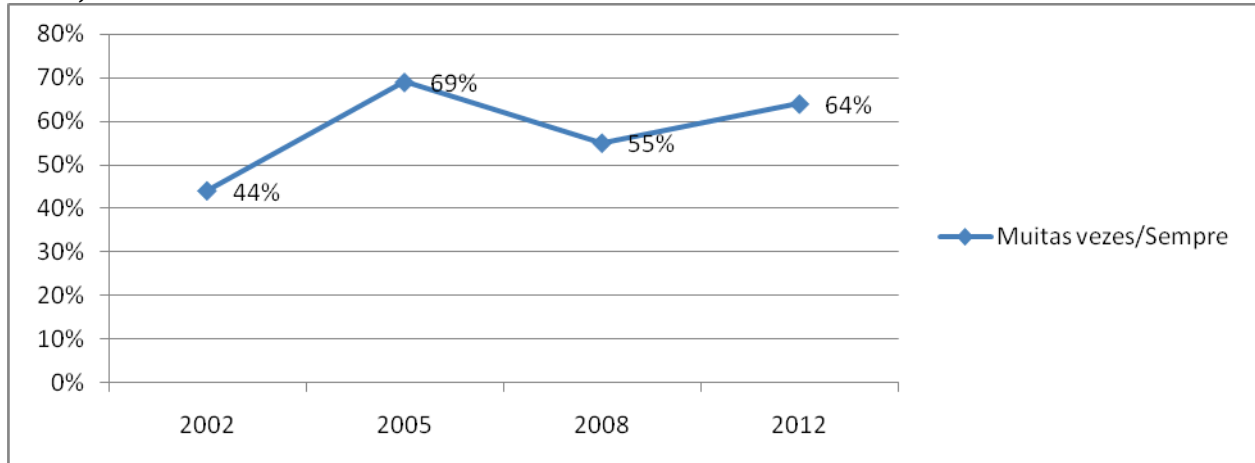
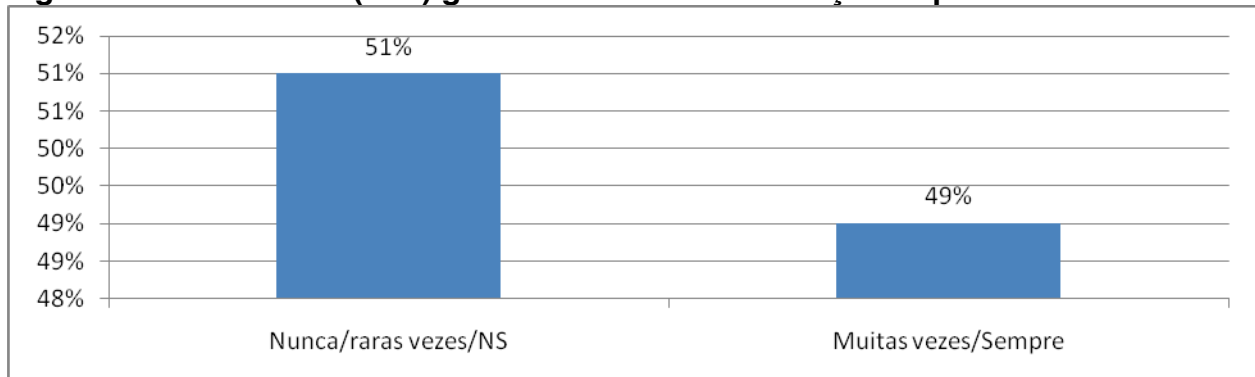
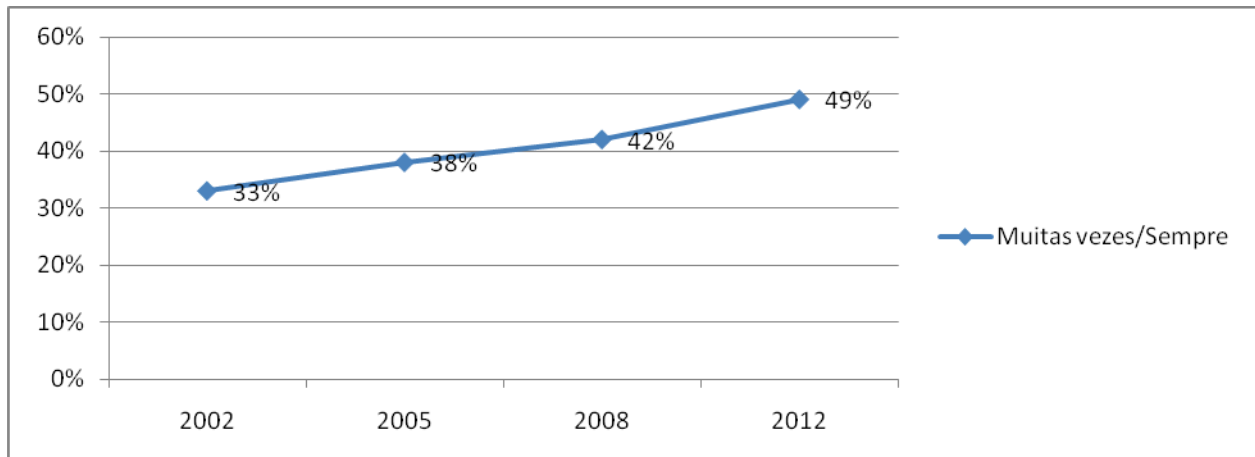


Figura 23: Tratamento (Des)igual Perante a Lei em Moçambique



Questão: Neste país, com que frequência as pessoas são tratadas de forma desigual perante a lei?

Figura 24: Tratamento (Des)igual Perante a Lei em Moçambique em 2002, 2005, 2008 e 2012



3. Conclusões

Este artigo examinou o nível da democracia a partir da perspectiva do público. O estudo conclui que o nível da democracia em Moçambique é baixo e tende a diminuir ao longo do tempo. Primeiro, os moçambicanos apresentam um baixo nível de comprometimento com a democracia. O baixo nível de comprometimento popular com a democracia em Moçambique está relacionado, em parte, com o baixo nível de comprometimento da elite política com a democracia. A elite política moçambicana fez poucas reformas conducentes à democracia, democratização e consolidação democrática em Moçambique. Esses adoptaram uma Constituição da República que não permite o Chefe do Governo a prestar contas à Assembleia da República. Isso sugere redução da transparência na administração do Estado. Também adoptaram instituições eleitorais (nomeadamente: Comissão Nacional de Eleições e Conselho Constitucional) parciais e não independentes.

Segundo, mais da metade acha que Moçambique é uma democracia com maiores ou menores problemas mas o nível daqueles que afirmam democracia com maiores problemas tende a aumentar de 2002 à 2012. Terceiro, uma maioria esmagadora está insatisfeita com a forma como a democracia está a funcionar em Moçambique e esse nível tende a aumentar. Quarto, a condição de pobreza dos moçambicanos influencia-os a apontar a melhoria das condições de vida como característica essencial da democracia, mesmo tomando em consideração procedimentos democráticos e substâncias políticas da democracia.

Quinto, os moçambicanos reconhecem a existência de uma certa democracia hoje em dia em Moçambique quando comparado há 10 anos atrás. E são optimistas ou tem expectativas que o nível de democracia em Moçambique irá aumentar significativamente no futuro. Sexto, a liberdade de expressão em Moçambique é limitada embora esteja acima da metade. Esta é agravada pelo facto de estar a diminuir significativamente ao longo do tempo. Os níveis das liberdades de filiação político partidária e de escolher a quem votar sem se sentir pressionado são elevados (63 por cento e 76 por cento, respectivamente). Sétimo, maior parte tem que ter cuidado com o que diz sobre política em Moçambique. O nível de cuidado com o que dizer sobre política em Moçambique aumentou.

Oitavo, o declínio significativo nos indicadores da democracia em Moçambique ocorre na administração do Presidente Armando Guebuza. Embora os níveis dos indicadores da democracia em Moçambique tivessem sido baixos durante a administração de Joaquim Chissano, os mesmos baixaram significativamente da transição de Chissano para Guebuza ou durante os anos em que Armando Guebuza administrou o Estado moçambicano. Há vários factores que possam explicar isso. Pode ser que os níveis nos indicadores da democracia em Moçambique estejam a declinar durante o período da administração de Guebuza porque os moçambicanos tem mais acesso à informação (escolaridade e acesso às notícias sobre assuntos públicos e políticos) agora que

antes. Mas também é possível que esse declínio seja resultante de um baixo desempenho democrático na administração do Estado.

Referências

Bratton, M. e Mattes, R. 2001. "Support for Democracy in Africa: Intrinsic or Instrumental?" *British Journal of Political Science*. Vol. 31, pp. 447-474. Cambridge: Cambridge University Press.

Bratton, M., Mattes, R. Gyimah-Boadi, E. 2005. *Public Opinion, Democracy and Market Reform in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

CPGD e Afrobarómetro.2013. *Sumário de Resultados, Moçambique 2012*.

Diamond, L. e Morlino, L. 2005. Introduction, in Larry Diamond and Leonardo Morlino, (eds). *Assessing the Quality of Democracy*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Shenga, Carlos. 2008. *Commitment to Democracy in Mozambique: Performance evaluations, and Cognition. Evidence from Round 2 of the Afrobarometer Survey Data*. CSSR Working Paper 204. Disponível: www.cssr.uct.ac.za

CPGD Working Paper Series

1. Shenga, C. (2012). “Mozambique Legislative Development: Observation from an Institutionalization Perspective”. CPGD Working Paper No 1.
2. Shenga, C. (2013). “Assessing the Democratic Quality of Local Elections in Mozambique”. CPGD Working Paper No 2.
3. Shenga, C., Pedro, C. and Muendane, E. (2013). “A Qualidade da Democracia e Governação em Moçambique: Questões Específicas do País”. CPGD Working Paper No 3.
4. Shenga, C., Muendane, E. And Pedro, C (2013). “Indicadores da Democracia em Moçambique: Perspectivas Públicas”. CPGD Working Paper No 4.



Centro de Pesquisas sobre
Governança e Desenvolvimento

The **Centre for Research on Governance and Development (CPGD)** is an independent and interdisciplinary research institution, established in 2011, dedicated to supporting and conducting relevant, systematic and evidence based research for policy intervention in Mozambique.

CPDG is based in Mozambique, harnessing local expertise, to conduct research in the areas of governance and development, including: democracy, good governance and poverty with the aim of building an effective and capable state that is accountable and transparent, inclusive and responsive.

Our goal is to strengthen empirical social science capacity by supporting and conducting relevant systematic research to inform Mozambican decision-makers for policy intervention and implementation.

Our mission is to promote evidence-based research and public policy.

Our main objectives are:

- To **produce scientifically reliable data** on Mozambican citizens, elites and political institutions,
- To **build institutional capacity** for systematic research in Mozambique, and
- To broadly **disseminate and apply systematic research results** to inform policymaking and implementation.

The values shared by the organization:

- We are an **independent and interdisciplinary** research organization;
- We are **accountable to the public** whose trust we hold;
- We **uphold integrity, neutrality and objectivity** in our work; and
- We are **committed to excellence** in all endeavours.

Centro de Pesquisas sobre Governança e Desenvolvimento / Centre for Research on Governance and Development

• Micanhine Nº17 • Marracuence-Sede • Maputo • Moçambique •

Website: www.cpgd.org.mz • Email: info@cpgd.org.mz

*A NOSSA MISSÃO é promover pesquisa e política pública baseadas na evidência empírica
OUR MISSION is to promote evidence-based research and public policy*